

sexta-feira, 24 de Maio de 2013, 21:42

Pesquisa **sapo.pt**

Login Connect

Comunidade | Institucional | Publicidade

Início Opinião Política

Sociedade

Economia

Internacional

Cultura

Desporto

Tecnologia

Vida

Multimédia

Angola

Fórum Penal: 'Inadmissível que não estejam definidos serviços mínimos nas prisões'

Like 0 Send Tweet

Share

24 de Maio, 2013

O presidente do Fórum Penal considerou hoje "inadmissível" que não estejam definidos os serviços mínimos a assegurar durante a greve dos guardas prisionais e denunciou situações em que os detidos estão privados de falar com os advogados.

Paulo de Sá e Cunha falava numa conferência de imprensa realizada hoje pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (OA) na sede do organismo, em Lisboa.

Questionado pela Lusa sobre se iam denunciar estas situações ao Ministério da Justiça para que sejam apuradas as responsabilidades, o presidente do Fórum Penal admitiu que sim.

"Não é aceitável, ou melhor, é totalmente inadmissível que num Estado de Direito cidadãos detidos fiquem totalmente privados de contactos", disse Paulo de Sá e Cunha numa alusão ao segundo período de greve dos guardas prisionais, que começou na terça-feira e termina a 01 de Junho.

Paulo de Sá e Cunha sublinhou desconhecer que serviços foram definidos como mínimos a assegurar durante este novo período de greve dos guardas prisionais e criticou o facto de ser uma "troika" a decidir o que é uma situação de urgência.

Disse que segundo tinha sido referido quem decide o que é situação de urgência é o director da cadeia, o chefe da guarda do estabelecimento e o delegado sindical na cadeia, considerando "inaceitável" que assim seja.

Para o advogado, assim como para o presidente do Conselho distrital de Lisboa da OA, e candidato a bastonário da Ordem, não é aceitável que os detidos estejam 15 dias sem ter visitas, receber telefonemas, ou comunicar com o exterior.

"Antes de serem detidos são cidadãos de pleno direito", sustentou Vasco Marques Correia, presidente da distrital de Lisboa da OA, sublinhando que a situação é tanto mais grave no caso dos detidos preventivamente por estes terem prazos a cumprir.

"O carácter de urgência deve ser definido apenas e só pelo advogado e seu cliente", enfatizou.

Lusa/SOL

Tags: Fórum Penal, guardas prisionais, Prisões, Sociedade

Mais Notícias »

Os números do Euromilhões

Órgãos de polícia criminal estão a averiguar 64 casos de menores desaparecidos**MAI admite circunstâncias excepcionais de segurança na Taça de Portugal em futebol****Instituto de Apoio à Criança defende avaliação de perigosidade de abusadores sexuais****Crato garante que alunos não serão prejudicados por greve dos professores****Encontrado corpo em Ovar que pode ser do pescador desaparecido****PJ apreende 300 quadros falsos de Paula Rego e António Palolo****Pescador desaparecido na ria em Ovar**

Imprimir

Aumentar texto

Comentar

Partilhar

245 visitas

Relacionadas »

Ministra da Justiça: 'Incidentes nas cadeias devido à greve serão investigados'

Regras de acesso

Os comentários estão reservados a utilizadores identificados: Login Connect

0 Comentários



PASSATEMPO

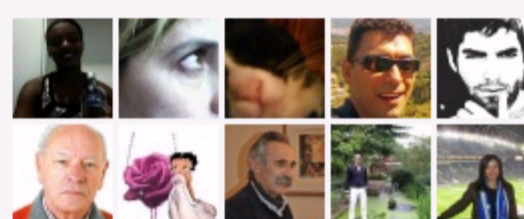
Lisboa
JARDIM
ZOOLOGICO
PortugalBEST LEADER
AWARDS 2013

Siga o SOL no Facebook

Semanário SOL

Gosto

172.849 pessoas gostam de Semanário SOL.



Plugin social do Facebook

Regista-te Cria uma conta ou **Iniciar sessão** para veres o que os teus amigos estão a fazer.**Cavaco pede análise às afirmações de Miguel Sousa Tavares - Política - Sol**
1.689 pessoas recomendam isto.**TC ameaça Passos com novos chumbos - Política - Sol**
616 pessoas recomendam isto.**Maioria aprova reposição dos subsídios de férias dos funcionários públicos - Política - Sol**
113 pessoas recomendam isto.

Mais de 200.000 Hotéis

Melhor preço. Sem custos reserva! Hotéis excelentes e económicos!
www.booking.com/hotels

Artigos de Coleção? -Olx

Tem Artigos que Já não Colecionas? No Olx é Dinheiro. Se Vale X, Olx!
www.olx.ptAnúncios **sapo**

Tags mais populares »

D. Manuel Clemente Acidente

Revista de imprensa Meteorologia Tempo

FENPROF Igreja Católica Igreja Católica Portuguesa

UGT Sindicatos **Sociedade**

Conselho de Estado hospitais Greve Professores

Crime Crianças crianças desaparecidas RTP

Função Pública